

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**



COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstração contábil
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balço Patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formatação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC/SP – 032267/O-1

Fernando Machado dos Santos
Contador CRC SC -043302/O

FERNANDO
MACHADO DOS
SANTOS:00396
120903

Assinado digitalmente por
FERNANDO MACHADO DOS
SANTOS:00396120903
Localização: Blumenau/SC
Data: 2026.03.02
15:42:17
-03'00'

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro 2024. (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	445.080	384.510	Fornecedores	15	64.488	139.995
Contas a receber de clientes	6	48.277	99.947	Empréstimos e financiamentos	17	39.583	36.580
Estoques	7	8.661	5.788	Passivo de arrendamento	12	3.229	2.501
Tributos a recuperar	10	13.620	33.242	Obrigações sociais e trabalhistas	18	13.707	15.917
Despesas antecipadas	8	1.890	1.999	Obrigações tributárias	16	11.649	8.863
Créditos nas Oper. de Aquis.de Gás	9	27.212	54.417	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	11.i	6.916	19.736
Depósitos Cauçionados	15.a	2.858	2.431	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.v	14.395	16.456
Outras contas a receber		844	588	Débitos nas Operações de Aquisição de Gás		903	-
				Participação financeira de clientes		123	1.560
		<u>548.442</u>	<u>582.922</u>	Outras contas a Pagar		6	6
						<u>154.999</u>	<u>241.614</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	17	39.064	72.534
Aplicações financeiras	5	7.423	19.117	Passivo de arrendamento	12	4.201	6.203
Tributos diferidos	11.ii	6.873	6.739	Fornecedores	15	11.631	8.553
Tributos a recuperar	10	5.237	5.988	Provisão para contingências	19	1.678	1.945
Depósitos judiciais	19	4.152	3.521	Cauções em garantia		2.515	2.985
Despesas antecipadas	8	147	27			<u>59.089</u>	<u>92.220</u>
Ativos setoriais	13	8.068	35.740				
Outras contas a receber		-	24	Patrimônio líquido	20		
				Capital social		442.383	342.324
Imobilizado	12	6.302	7.834	Reservas de lucros		337.994	342.253
Intangível	14	506.776	474.189	Dividendos à disposição dos acionistas		98.955	117.690
		<u>544.978</u>	<u>553.179</u>			<u>879.332</u>	<u>802.267</u>
Total do ativo		<u>1.093.420</u>	<u>1.136.101</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.093.420</u>	<u>1.136.101</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida - Venda de gás	21.a	1.200.684	1.809.536
Receita de construção	21.b	93.692	106.373
		1.294.376	1.915.909
Custo dos produtos vendidos	22	(927.205)	(1.525.104)
Custo de construção	21.b	(93.692)	(106.373)
		(1.020.897)	(1.631.477)
Lucro bruto		273.479	284.432
Despesas operacionais			
Despesas Comerciais	24	(9.968)	(9.079)
Despesas Administrativas	23	(63.600)	(56.179)
Outras receitas/despesas operacionais	25	(17.261)	(9.492)
		(90.829)	(74.750)
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro		182.650	209.682
Receitas financeiras	26	59.246	48.200
Despesas financeiras	26	(15.969)	(15.790)
		43.277	32.410
Lucro líquido operacional antes dos impostos		225.927	242.092
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.iii	(54.690)	(69.827)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.iii	134	1.075
Lucro líquido do período		171.371	173.340
Lucro líquido por ação		15,94	16,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	171.371	173.340
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	171.371	173.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros					Dividendos a disposição dos acionistas	Total
	Capital Social Integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.324	58.027	107.559	100.059	-	106.231	714.200
Aumento de Capital							
Constituição de Reservas							
Reserva Estatutária			9.680			(9.680)	-
Reserva de Retenção Lucros				58.261		(58.261)	-
Dividendos adicionais distribuídos						(38.290)	(38.290)
Lucro líquido de 01/01/2024 a 31/12/2024					173.340		173.340
Destinações							
Reserva Legal		8.667			(8.667)		-
Juros sobre o capital próprio					(38.764)		(38.764)
Dividendos mínimos obrigatórios					(8.219)		(8.219)
Dividendos a disposição dos acionistas					(117.690)	117.690	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	342.324	66.694	117.239	158.320	-	117.690	802.267
Aumento de Capital	100.059			(100.059)			-
Constituição de Reservas							-
Reserva Estatutária							-
Reserva de Retenção Lucros				92.989		(92.989)	-
Dividendos adicionais distribuídos			(5.758)			(24.701)	(30.459)
Lucro líquido de 01/01/2025 a 31/12/2025					171.371		171.371
Destinações							
Reserva legal		8.569			(8.569)		-
Juros sobre o capital próprio					(63.847)		(63.847)
Dividendos a disposição dos acionistas					(98.955)	98.955	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	442.383	75.263	111.481	151.250	-	98.955	879.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	171.371	173.340
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação de direito de uso	2.980	2.302
Amortização	55.165	43.024
Constituição/(reversão) de provisão de perdas com créditos esperadas	398	(24)
Constituição/(reversão) provisão para contingências passivas	(267)	(344)
Imposto de renda e contribuição social correntes	54.690	69.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(134)	(1.075)
Resultado nas alienações e baixas do ativo intangível	266	1.309
Juros e atualização sobre empréstimos e financiamentos	11.484	12.690
Juros arrendamento direito de uso	930	639
Atualização de tributos a recuperar	-	(329)
Resultado Ajustado	296.883	301.359
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Contas a receber de clientes	54.270	39.117
Tributos a recuperar	20.494	20.109
Estoques	(2.873)	(337)
Créditos nas operações de aquisição de gás	27.205	42.968
Ativos setoriais	27.672	(35.740)
Outras contas do ativo	(1.303)	(2.668)
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	(72.429)	(40.131)
Obrigações tributárias	(10.574)	73
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.212)	(62.362)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.670)	3.078
Juros pagos sobre empréstimos	(4.893)	(6.381)
Passivos setoriais	-	(37.067)
Juros pagos	(930)	-
Outras contas do passivo	(992)	569
	(28.235)	(78.772)
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais	268.648	222.587
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações Financeiras- Caixa Restrito	11.694	(1.648)
Adições ao intangível	(84.781)	(104.187)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(73.087)	(105.835)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio	(95.233)	(83.364)
Pagamento de arrendamentos	(2.701)	(3.017)
Amortização de empréstimos	(37.057)	(31.356)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(134.991)	(117.737)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	60.570	(985)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	384.510	385.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	445.080	384.510
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	60.570	(985)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
I - RECEITAS	1.604.590	2.348.501
▪ Vendas de gás	1.502.722	2.220.883
▪ Outras receitas	102.266	127.595
▪ Perdas esperadas com créditos - Reversão (Constituição)	(398)	24
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.188.394)	(1.941.129)
▪ Matérias-primas consumidas	(1.062.384)	(1.808.058)
▪ Demais custos dos produtos vendidos	(20.478)	(18.133)
▪ Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(105.532)	(114.939)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO (I + II)	416.196	407.372
IV - RETENÇÕES	(58.145)	(43.456)
▪ Amortização / depreciação	(58.145)	(43.456)
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (III + IV)	358.051	363.917
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	59.246	48.200
▪ Receitas financeiras	59.246	48.200
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)	417.297	412.117
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	417.297	412.117
Pessoal:	60.865	58.306
▪ Remuneração direta	47.440	45.279
▪ Benefícios	10.275	10.044
▪ FGTS	3.150	2.982
Impostos, taxas e contribuições:	162.460	155.580
▪ Federais	96.285	110.665
▪ Estaduais	65.196	44.659
▪ Municipais	979	256
Remuneração de capitais de terceiros	22.601	24.891
▪ Juros	13.217	15.790
▪ Aluguéis	9.384	9.100
Remuneração capitais próprios	171.371	173.340
▪ Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	63.847	46.983
▪ Lucros/Prejuízos retidos	107.524	126.357

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional

a. A Companhia

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista, foi criada em 25 de fevereiro de 1994 por meio da autorização conferida pela Lei nº 8.999/93. O objeto social da Companhia consiste em executar os serviços públicos locais de gás canalizado, com exclusividade, em todo o estado de Santa Catarina, conforme a Lei nº 9.493/94, que estabelece a concessão desse serviço e de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, foi firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

b. Contratos de Suprimentos para fornecimento ao mercado

Em 2025 ocorreu o movimento de migração de grandes consumidores para o mercado livre, que somam volume equivalente a 1,09 milhão de m³/dia, correspondentes a aproximadamente 66% do mercado total atendido pela SCGÁS.

Em decorrência dessas migrações, foram celebrados aditivos contratuais com os fornecedores de gás e transporte, promovendo a redução proporcional das quantidades contratadas, em alinhamento com o novo perfil de demanda do mercado.

Adicionalmente, a Companhia realizou operações de aquisição de gás flexível, com o objetivo de otimizar o balanceamento do sistema de suprimento, o que resultou em ganhos operacionais e redução de custos no atendimento ao mercado cativo. A continuidade das negociações de gás flexível, que superaram 8 milhões de m³, gerou uma economia de R\$ 4,7 milhões no custo de suprimento.

Durante o exercício social de 2025 ocorreu avanço regulatório relevante junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG aprovando a operação de agrupamento parcial das Quantidades Diárias Contratadas - QDCs nas Zonas de Saída SC1 e SC2. Essa medida permitirá desoneração do custo de transporte. Em complemento, foi viabilizada a primeira cessão de capacidade na Zona SC1, gerando redução adicional nos encargos de transporte para 2026.

A companhia celebrou também aditivo contratual de QDC com supridor com aplicação inédita de cláusula que autoriza redução da QDC em caso de perda de mercado para outros combustíveis ou fechamento de unidades consumidoras, essa medida objetiva desonerar o mercado cativo em 2026.

A SCGAS realizou junto ao maior supridor a reestruturação contratual formalizando aditivo objetivando a unificação dos contratos, com transferência e unificação de saldos de Quantidade Pagas e Não Retiradas - QPNR para o novo

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

contrato, bem como atualização de prazos e incentivo à demanda que são fundamentais para a redução do custo do gás.

Por fim, a companhia, em conformidade com os procedimentos de governança, realizou a primeira operação de comercialização do saldo de molécula, permitindo a liquidação de saldos excedentes e gerando um impacto positivo na redução do custo de aquisição de gás repassados ao mercado.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de fevereiro de 2026, as quais sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

Somente as informações relevantes para as demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de real.

Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Dessa forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 11 - Tributos diferidos;
- Nota Explicativa nº 14 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 19 - Provisão para contingências.

e. Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização das receitas e confrontação das despesas.

b. Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatório o registro das receitas e dos custos de construção.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir ganho com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta, conforme critérios previstos no edital, para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN - é reconhecida integralmente como custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Em virtude do descrito acima, a Companhia registra receitas de construção, tendo como contrapartida custos de construção de mesmo valor.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) Mensuradas ao custo amortizado;
- (b) Valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) Valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros	Descrição
Caixa e Equivalente de Caixa	Custo amortizado
Contas receber clientes	Custo amortizado
Ativos setoriais - Gás a Compensar - Conta Gráfica	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Arrendamentos	Custo amortizado

ii. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados conforme modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais em que os termos do contrato deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos de juros do valor principal.
- (b) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.

- (c) Passivos financeiros: a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para não ser reconhecido ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

d. Redução ao valor recuperável “modelo de perdas de crédito esperadas”;

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas, em que se faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro, registrando-se os efeitos quando houver indicativos de perdas de crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de diminuição das perdas esperadas com créditos em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 6.

e. Capital social.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2025.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

g. Intangível

Contrato de concessão

A Companhia possui com o estado de Santa Catarina um contrato de concessão de serviço público de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito à infraestrutura construída pela concessionária ao final do contrato. Por meio desse contrato, a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores despendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura) e passíveis de recuperação via tarifa em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis, a Companhia considera, em atendimento às premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) a manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Nesse sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência sua aderência ao negócio da Companhia.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a estimativa para perdas.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$240 mil, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferido e as contribuições sociais corrente e diferida, sendo todos reconhecidos no resultado.

O tributo corrente é reconhecido com base no lucro tributável apurado no período.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referem ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e de contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e de transformação e outros custos incorridos para trazê-lo à localização e à condição pretendidas pela Companhia.

l. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados;

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período durante qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a adequação do valor devido à Companhia sob condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência,

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O modelo utilizado pela Companhia está de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no CPC 48 e a análise das condições que podem identificar mudanças de risco de recebimento é verificada ao menos uma vez ao ano e leva em consideração três variáveis: a) análise de eventos passados; b) condições atuais; e c) previsão de condições econômicas futuras. A Nota Explicativa nº6 (i) apresenta a metodologia de mensuração do reconhecimento no resultado como provisão de perdas com créditos esperadas a ser utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros em suas demonstrações contábeis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, adiantamento a fornecedores, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC - exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

n. CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece o modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental do CPC 47 consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com esse Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

Nesse sentido, a Companhia reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21a;
- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21b.

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que elas representam obrigações de desempenho, as quais deverão ser reconhecidas quando a entrega do gás e/ou o serviço for realizada.

o. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A SCGÁS, na qualidade de arrendatária, reconhece o ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e o passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos relativos aos contratos de arrendamento. Quanto às despesas relacionadas a esses ativos, a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação e a despesa financeira sobre as obrigações decorrentes dos contratos, tendo como contrapartida o passivo de arrendamento.

Atualmente, a Companhia mantém contratos de arrendamento de imóveis e de veículos. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e podem conter uma ampla variedade de condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

p. Ativos e Passivos setoriais - Conta Gráfica

A Resolução da Agência Reguladora ARESC N° 73, em vigor desde 17 de novembro de 2016, revisada pela Resolução ARESC N° 73 REV 1, de 14 de maio de 2024, com vigência a partir de 1° de julho de 2024, estabeleceu mecanismo de atualização e de recuperação das variações do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina.

Os ativos e passivos setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo do gás estabelecido no contrato de concessão e regulamentado pela Resolução n° 73/16 e suas revisões, e o custo do gás efetivamente contemplado na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Por meio desse mecanismo, as variações entre os valores mensais pagos ao supridor e os valores repassados aos usuários nas tarifas são apuradas e formam um saldo a ser repassado periodicamente.

O saldo acumulado, corrigido pela Selic, é apurado a cada semestre, sendo dividido pelo volume de vendas projetado para o semestre seguinte, constituindo uma parcela de recuperação, positiva ou negativa, que é adicionada/reduzida ao custo do gás fixado em tarifa para o semestre seguinte (que é fixado com base na projeção de custo para este semestre no momento da definição do repasse periódico). Adicionalmente, existe a possibilidade de realização de repasse excepcional ou extraordinário desses saldos, desde que ocorram variações significativas no custo do gás que justifiquem a movimentação tarifária.

Assim, essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito, quando o custo realizado é maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando o custo é inferior ao contemplado na tarifa. Conforme disposto ainda na Resolução n° 73/16 e suas revisões, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão farão parte do cálculo final da indenização à Companhia.

q. Reforma Tributária

- Emenda Constitucional n° 132/2023 instituiu o novo sistema tributário sobre o consumo, regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, que criou novos tributos e extinguiu outros existentes, bem como os aspectos inerente a reforma tributária. Para acompanhar a regulamentação e os impactos da RTC, a SCGÁS instituiu comissão interna multidisciplinar com atribuições de avaliar efeitos tributários, financeiros, contábeis, jurídicos, comerciais e tecnológicos; propor medidas de adequação em processos internos, contratos e sistemas; além de elaborar relatórios periódicos à governança. Foram mapeadas as ações necessárias a serem desenvolvidas na companhia para implementação da RTC, até 2033. Não há como mensurar os impactos econômicos e financeiros na companhia uma vez que não foi regulamentada em legislação específica as alíquotas e outros aspectos destes novos tributos.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

r. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos e suas respectivas atualizações que já foram emitidos. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis.

Alterações à IAS 21 - Ausência de Conversibilidade Cambial

- Em 2023, o IASB alterou a IAS 21 (CPC 02 (R2)) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, uma vez que não havia requisitos explícitos sobre qual taxa de câmbio uma entidade deveria usar quando a taxa de câmbio à vista não é observável. Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

Orientação Técnica OCPC 10

- Em 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

s. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Em janeiro de 2026, foi divulgado o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui o CPC 26 introduzindo novas exigências para: apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. As alterações do CPC 51 e das outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), atuando através do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) emitiu o CBPS 01 (S1) e o CBPS 02 (S2) que tratam da divulgação de informações de sustentabilidade e riscos climáticos. A obrigatoriedade começa para empresas de capital aberto a partir do exercício de 2026, com divulgação em 2027, conforme a Resolução CVM 193. A Companhia não está sujeita à adoção obrigatória das normas para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

- Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)).
- Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	27	26
Bancos conta movimento	1.804	1.860
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	<u>443.249</u>	<u>382.624</u>
	445.080	384.510

O saldo de bancos conta movimento tem por objetivo, principalmente, o pagamento das faturas de gás natural.

⁽ⁱ⁾ As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são remuneradas em bases que variam de 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações financeiras (caixa restrito)

A aplicação financeira mantida no Banco do Brasil objetiva atender a cláusula do contrato de financiamento com o BNDES (**Projeto V**), sendo que, durante o período de carência, a Companhia manteve em “Conta Reserva” o valor equivalente a R\$15 milhões. Já durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES.

Ativo não circulante:

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	RF LP Tesouro Selic	98% do CDI	<u>7.423</u>	<u>19.117</u>
Total			7.423	19.117

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Distribuição de gás canalizado	37.035	109.228
Prestação de Serviços	17.923	-
(-) Provisão para perdas com créditos esperadas ⁽ⁱ⁾	<u>(6.681)</u>	<u>(9.281)</u>
Total	48.277	99.947
Circulante	48.277	99.947
Não circulante	-	-

O período médio de recebimento na distribuição de gás canalizado é de 21 dias.

Demonstra-se a seguir a movimentação das perdas com créditos esperadas:

	2025	2024
Saldos nos inícios dos exercícios	9.281	9.305
Perdas constituídas no exercício	-	-
Reversão de perdas	<u>(2.600)</u>	<u>(24)</u>
Saldos nos finais dos exercícios	6.681	9.281

⁽ⁱ⁾ As provisões para perdas com créditos esperadas são constituídas em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos. Em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o produto da análise da inadimplência ocorrida nos **últimos 12 (doze) meses**, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócio. A média dessa análise foi aplicada sobre a carteira de clientes, chegando-se ao percentual de 0,78%, que somado aos valores dos títulos a receber vencidos há mais de 90 dias é o resultado considerado como provisão para perdas de créditos esperadas reconhecida nas demonstrações contábeis.

7. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Estoque operação e manutenção	6.597	4.667
Estoque de gás natural e odorante	<u>2.064</u>	<u>1.121</u>
	8.661	5.788

8. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros	359	443
Assinaturas e anuidades	-	3
Direito de passagem a apropriar ⁽ⁱ⁾	1.283	1.285
Licenças de software a apropriar	<u>395</u>	<u>295</u>
	2.037	2.026
Circulante	1.890	1.999
Não Circulante	147	27

⁽ⁱ⁾ Devido às características de sua expansão da infraestrutura de gasodutos, a Companhia utiliza a área de faixa de domínio das rodovias estaduais e, por questões legais, paga pelo uso desses espaços.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

9. Créditos e Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás

No ativo, os saldos representam os direitos de retirada futura de gás pela companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	54.417	97.385
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱ⁾	9.650	17.877
Compensações de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱⁱ⁾	(36.855)	(60.845)
	<u>27.212</u>	<u>54.417</u>
Ativo circulante	27.212	54.417
Ativo não circulante	-	-

⁽ⁱ⁾ Refere-se a adiantamento junto a fornecedora Petrobrás decorrente dos contratos de aquisição de gás NMG 22-25, NMG 24-32 e NMG 24-34, relativo à aquisição de volumes contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 120 dias após o vencimento dos contratos. Com o movimento de unificação dos contratos da companhia junto a Petrobrás e de acordo com as novas disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2026.

⁽ⁱⁱ⁾ No ano de 2025, houve a recuperação de 15.486 mil m³ de gás natural, sendo R\$ 29.194 mil o valor da recuperação e R\$ 7.661 mil de atualização de Retiradas Mínimas Mensais (RMM), totalizando R\$ 36.855 mil.

A companhia apresenta no passivo, os valores referentes às obrigações de entrega futura de gás:

	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱ⁾	(903)	-
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱ⁾	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(903)</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	(903)	-
Passivo não circulante	-	-

⁽ⁱ⁾ Alguns contratos com clientes, passam a conter cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao programado no contrato, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante, em contrapartida, a companhia reconhece a obrigação de entrega futura de gás em conta específica, de acordo com a programação de retirada de gás informada pelos clientes.

10. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	4.545	11.458
ICMS - normal e CIAP	14.312	27.772
	<u>18.857</u>	<u>39.230</u>
Circulante	13.620	33.242
Não Circulante	5.237	5.988

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

i. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$60 mil, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido.

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Pagar	4.409	14.059
CSLL a Pagar	2.507	5.678
Total:	6.916	19.736

ii. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas.

A composição dos tributos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências passivas	1.021	661
Provisão para créditos com perdas esperadas	1.821	3.156
Provisão Direito de Passagem	2.717	2.461
Outras provisões	1.314	461
	6.873	6.739
IRPJ Diferido	5.054	4.955
CSLL Diferida	1.819	1.784

Segue a movimentação referente aos saldos dos tributos diferidos:

	Imposto de Renda Diferido		Contribuição Social Diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2024	4.955	-	1.784	-
Provisão para contingências passivas	(67)	-	(24)	-
Provisão para créditos com perdas esperadas	(650)	-	(234)	-
Provisão Direito de Passagem	770	-	276	-
Outras provisões	46	-	17	-
31 de dezembro de 2025	5.054	-	1.819	-

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

iii. Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido

<u>Reconciliação do IR/CSLL</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	225.927	242.092
<i>Aliquota - %</i>	34%	34%
<i>Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal</i>	(76.815)	(82.312)
<u>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</u>		
<i>Adições</i>		
<i>Despesa com depreciação - CPC 06</i>	(1.013)	(510)
<i>Despesa financeira - CPC 06</i>	(316)	(136)
<i>Outras despesas indedutíveis e outras adições</i>	(553)	(1.163)
<i>Exclusões</i>		
<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	21.708	13.180
<i>Reversão da despesa de aluguel - CPC 06</i>	1.149	701
<i>Benefícios Fiscais</i>	1.284	1.382
<i>Juros SELIC sobre Indébitos Tributários</i>	-	106
<i>Outras Exclusões</i>	-	-
<u>Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva</u>	<u>(54.556)</u>	<u>(68.752)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(54.690)	(69.827)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	134	1.075
Taxa efetiva - %	24,15%	28,40%

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

12. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é composto por direitos de uso relativos a contratos de aluguéis de imóveis e de veículos. Em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), os efeitos sobre as demonstrações contábeis estão apresentados:

	31/12/2025	31/12/2024
Bens de Direito de Uso - Arrendamento		
Saldo inicial	7.834	1.058
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	1.062	5.400
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	-	3.678
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	385	-
Depreciação	(2.979)	(2.302)
Total	6.302	7.834
Passivo de Arrendamento		
Saldo Inicial	8.704	1.272
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	1.192	6.132
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	-	3.678
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	434	-
Pagamentos	(3.830)	(3.020)
Juros Incorridos	930	641
Total	7.430	8.704
Circulante	3.229	2.501
Não Circulante	4.201	6.203
	7.430	8.704

Demonstra-se a seguir o montante do saldo de passivo de arrendamento por ano de vencimento:

Ano	Valor (em milhares de reais)
2026	3.229
2027	2.285
2028	1.774
2029	142
Total	7.430

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

13. Ativos/Passivos setoriais - gás a compensar/restituir

Os ativos e passivos setoriais - conta gráfica - têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função da diferença entre o preço de gás e do transporte efetivo observado pela Companhia e os contemplados na tarifa, com base nas resoluções emitidas pela ARESC.

A seguir demonstra-se a movimentação da conta gráfica:

	2025	2024
Saldos iniciais	35.740	(37.067)
Custo do Gás ⁽ⁱ⁾	(7.200)	58.538
Atualização e demais valores da conta gráfica ⁽ⁱⁱ⁾	4.249	14.269
Quitação Mercado Livre ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(24.721)	-
Saldos finais	8.068	35.740

⁽ⁱ⁾ Refere-se a diferença entre o custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a atualização do saldo, valores da variação financeira do saldo QPNR e receita de encargos de venda da conta gráfica.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Quitação saldo de cliente migrado para Mercado Livre.

14. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	--	765	635
Tubulações	10%	901.132	849.573
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	110.489	104.439
Veículos	10%	686	686
Sistemas e equipamentos de informática	10%	8.464	10.185
Software	10%	3.388	3.774
Sistema de gestão	10%	8.374	6.267
Equipamentos e móveis administrativos	10%	5.654	4.894
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.940	4.473
Intangível a amortizar	--	114.052	87.972
Valor contábil bruto		1.157.944	1.072.898
(-) Amortização acumulada		(651.168)	(598.709)
Valor contábil líquido		506.776	474.189

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

Segue abaixo a movimentação ocorrida nos anos de 2024 e 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reclassificação	Baixas*	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	385	250	-	-	-	-	-	635
Tubulações	198.856	-	-	(76)	(47)	176.332	(39.100)	335.965
Aparelhos, máquinas e equipamentos	26.092	6.513	-	(340)	(7)	3.148	(4.246)	31.160
Veículos	421	214	-	-	-	-	(65)	569
Sistemas e equipamentos de informático	4.805	586	-	(27)	-	-	(744)	4.620
Software	1.190	786	-	-	-	-	(187)	1.788
Sistema de gestão	4.455	805	-	-	-	-	-	5.259
Equipamentos e móveis administrativos	2.286	1.078	-	(3)	-	-	(328)	3.033
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.017	1.525	-	(2)	-	-	(353)	3.187
Intangível a amortizar	171.600	95.616	(78)	289	26	(179.480)	-	87.972
Total	412.107	107.372	(78)	(160)	(28)	-	(45.024)	474.189

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reclassificação	Baixas*	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	635	130	-	-	-	-	-	765
Tubulações	335.965	958	-	(1.885)	(322)	52.867	(53.459)	334.124
Aparelhos, máquinas e equipamentos	31.160	7.104	-	(155)	(285)	4.220	(5.102)	36.942
Veículos	569	-	-	-	-	-	(68)	501
Sistemas e equipamentos de informática	4.620	18	-	(47)	-	-	(736)	3.855
Software	1.788	592	-	-	-	-	(238)	2.142
Sistema de gestão	5.259	2.182	-	(75)	-	-	-	7.366
Equipamentos e móveis administrativos	3.033	1.200	-	(10)	-	-	(424)	3.799
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.187	467	-	-	-	-	(424)	3.230
Intangível a amortizar	87.972	82.674	(118)	48	562	(57.087)	-	114.051
Total	474.189	95.325	(118)	(2.124)	(45)	-	(60.451)	506.776

(*) Para fins desta movimentação considerar baixa como: destinação para conta contábil de alienação em curso no ARLP; ao resultado como baixa efetiva, doações, furto, perda e outras classificações.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculada à prestação do serviço especificado no contrato de concessão.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido, composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida no respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição está intrinsecamente relacionada ao consumo dos benefícios econômicos representados pelo ativo. Em virtude disso e do que está determinado no Contrato de Concessão, para o cálculo da tarifa de distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens de concessão com a taxa de 10% ao ano, sendo essa alocada aos custos dos serviços prestados. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia serão reversíveis ao poder concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido à Companhia. Os ativos adquiridos ou construídos e não amortizados, nos últimos 10 anos de concessão, constituirão os valores a serem indenizados ao término da concessão. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía valores a receber do poder concedente.

15. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás e transporte	52.788	127.856
Fornecedores de materiais e serviços	23.331	20.692
Total de Fornecedores	76.119	148.548
Circulante	64.488	139.995
Não Circulante	11.631	8.553

O saldo de R\$ 11.631 mil está contabilizado no passivo não circulante, referente a provisão contábil da cessão de uso de faixa de domínio, que está sob judice, atinente a parte privatizada das rodovias federais. A reclassificação é devido a não previsão de realização até o fim do próximo exercício social.

a. Fornecedor Depósito Cauçionado

Em 17/12/2024 a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG publicou que o processo de oferta e contratação de capacidade - POCC foi suspenso temporariamente conforme determinado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. Visando dar continuidade a prestação do serviço de transporte, foi assinado um

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

contrato onde a prestação do serviço ocorre mediante apresentação da garantia. Em 31/12/2025 o saldo dessa garantia é de R\$ 2.858 mil (R\$ 2.431 mil em 31/12/2024). Os valores serão devolvidos ao término dos contratos, corrigidos pela taxa SELIC.

16. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	1.584	1.918
ICMS	3.830	2.037
Tributos sobre a folha de pagamento	2.858	2.318
Tributos retidos na fonte	3.377	2.590
Total:	11.649	8.863

17. Empréstimos e financiamentos

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao **projeto IV** referem-se ao contrato assinado em janeiro de 2019, que estabelece a liberação de R\$102 milhões, para fazer face ao Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2016 a 2020. Em agosto de 2019, houve a liberação da primeira parcela, no montante de R\$35,3 milhões. Em setembro de 2020, houve a liberação da segunda parcela, no montante de R\$29,9 milhões, e, em novembro de 2020, a liberação da terceira parcela, de R\$25,3 milhões. Por fim, em novembro de 2021, foi liberada a quarta parcela, no valor de R\$11,6 milhões.

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao **Projeto V** referem-se ao contrato assinado em dezembro de 2021, que estabelece a abertura de crédito no montante de R\$180 milhões, para subsidiar o Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2021 a 2023. Em 29 de junho de 2022, houve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$64 milhões. Para o recebimento do recurso, a SCGÁS incorreu em custos de transação, no montante de R\$2 milhões. A insegurança regulatória e jurídica introduzida pela nova interpretação da ARESC quanto à cláusula quadragésima do Contrato de Concessão, expressa na Resolução ARESC 337/2025, compromete a captação dos recursos disponíveis no contrato de financiamento, por esse motivo a Companhia decidiu por não captar os recursos disponíveis no contrato de financiamento com o BNDES - Projeto V, que tiveram seus prazos para captação extintos em dezembro de 2025.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

Os *covenants* exigidos no contrato do Projeto V estão dentro dos parâmetros exigidos conforme demonstrado a seguir.

Covenants BNDES - Projeto V			
	Parâmetro exigido: menor que	dez/25	dez/24
a) Dívida Líquida/EBITDA*:	3,00	-	-
b) Endividamento Geral:	0,70	0,20	0,29

(*) Valor nulo, pois a Dívida Líquida é negativa, devido as disponibilidades serem superiores as obrigações financeiras com empréstimos e financiamentos.

Os saldos dos financiamentos estão discriminados abaixo:

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
BNDES IV	2,10% ao ano mais SELIC	30/04/2027	19.268	29.497
BNDES IV	1,95% ao ano mais TJLP	30/04/2027	12.377	21.127
BNDES V	5,71% ao ano mais IPCA	15/03/2029	47.873	59.850
(-) Custo da transação a amortizar			(871)	(1.360)
Total			78.647	109.114
Circulante			39.583	36.580
Não Circulante			39.064	72.534

Para a liberação das parcelas dos **Projetos IV e V**, a Companhia incorreu em custos com comissões e com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), os quais, conforme normas contábeis vigentes, devem ser apropriados ao resultado durante o período do contrato considerando-se o método dos juros efetivos. Tal sistemática considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) para apropriação dos encargos financeiros durante a vigência do financiamento.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram apropriados ao resultado **R\$ 210 mil** referentes aos custos de transação do **Projeto IV**.

As liberações de recursos relativas ao **Projeto IV** foram subdivididas em dois subcréditos, sendo que o subcrédito “A” tem como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o “B”, é indexado à SELIC. Assim, para o cálculo dos custos de transação a serem reconhecidos no resultado foram calculadas duas Taxas Internas de Retorno (TIR). Abaixo, seguem os custos de transação atribuíveis às liberações relativas ao **Projeto IV**, bem como as TIRs calculadas para cada subcrédito.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

Para a liberação das parcelas do Projeto V, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram apropriados ao resultado R\$ 278 mil referentes aos custos de transação do Projeto V.

i. Custo transação primeira parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	476	0,6198
URTJLP	495	0,6787

ii. Custo transação segunda parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	275	0,3959
URTJLP	287	0,5960

iii. Custo transação terceira parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	233	0,3733
URTJLP	243	0,5580

iv. Custo transação quarta parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	140	0,4065
URTJLP	142	0,6630

v. Custo transação primeira parcela Projeto V

	Custos de Transação	TIR (%)
IPCA	2.096	0,9853

As garantias contratuais relativas ao Projeto IV foram alteradas em maio de 2024, mediante aditamento contratual (Aditivo nº 02 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0592.1), substituindo as fianças bancárias por obrigações especiais (covenants), devendo a Companhia manter durante a vigência do referido contrato os seguintes índices: i) Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,0; ii) índice de Endividamento Geral (Exigível Total/Passivo Total) \leq 0,70. O Projeto V é garantido mediante “Conta Reserva”, na qual deve ser mantido valor equivalente a R\$15 milhões durante o período de carência. Durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES (vide nota 5).

As projeções do montante do saldo a pagar ao fim de cada ano dos financiamentos junto ao BNDES* têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	SELIC	TJLP	IPCA	Total
2026	19.269	12.375	47.874	79.518
2027	5.526	3.184	34.564	43.274
2028	-	-	20.048	20.048
2029	-	-	4.182	4.182

* Encerramento dos contratos em março de 2029.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.782	1.348
Férias a pagar	5.132	4.742
Honorários a pagar	122	3.109
Participação lucros e nos resultados	4.899	5.076
Provisões trabalhistas	1.772	1.642
	<u>13.707</u>	<u>15.917</u>

19. Provisão para contingências

A SCGÁS é parte em processos judiciais nas áreas cível, trabalhista e tributária. A Companhia efetua a movimentação das provisões com base no relatório da gerência jurídica interna e com base no CPC 25. Em 2025 houve redução da provisão para essas contingências no montante de R\$ 267 mil.

Segue o detalhamento das contingências passivas da Companhia:

Estimativa de perda	Tipo de Causa			Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	
Provável	290	1.388	-	1.678
Possível(i)	38.446	7.403	8.367	54.216
	<u>38.736</u>	<u>8.791</u>	<u>8.367</u>	<u>55.894</u>

⁽ⁱ⁾ Deste montante, R\$37,26 milhões refere-se à ação ordinária de indenização contra fornecedor, que a companhia aforou, objetivando o ressarcimento das perdas e danos, materiais, morais e lucros cessantes decorrentes de rescisão contratual. Após o trânsito em julgado, a SCGÁS ajuizou o cumprimento de sentença amparada em certidão de trânsito em julgado emitida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC. A parte contrária alegou vício de intimação no grau recursal e o juízo de origem extinguiu o cumprimento e fixou honorários contra a SCGÁS. Posteriormente, a juíza responsável pelo processo efetuou a retratação quanto à verba honorária, que mais tarde foi anulada pelo TJSC. O processo se encontra aguardando julgamento de recurso de apelação da companhia. A alteração de risco remoto para possível se deu devido à decisão do TJSC que anulou a retratação da juíza de origem.

A seguir a movimentação da provisão para contingências prováveis:

	31/10/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	1.945	2.288
(+) Adições	199	1.840
(-) Baixas	(466)	(2.183)
Saldo final	<u>1.678</u>	<u>1.945</u>

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

As informações e os valores apresentados estão em constante mutação, sendo avaliados a cada decisão judicial proferida ou manifestação de relevância jurídica capaz de provocar alterações no resultado. Os números apresentados no relatório de contingências jurídicas não apresentam relevância jurídica capaz de comprometer minimamente a estabilidade financeira da Companhia.

A Companhia possui registrado o montante de R\$ 4.152 mil em dezembro de 2025, (R\$3.521 mil em 31 de dezembro de 2024) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Companhia está envolvida.

20. Patrimônio líquido

i. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social possuía o montante de R\$ 442.383 mil (R\$ 342.324 mil em 31 de dezembro de 2024) devido ao aumento de R\$ 100.059 aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 28/04/2025 proveniente da Reserva de Lucros remanescente do exercício de 2022.

O capital social subscrito está totalmente integralizado, sendo composto por 10.749.497 ações com valor nominal de R\$ 41,15 das quais 3.583.167 são ordinárias e 7.166.330 são preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2024), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Commit Gás SA	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	3.583.167	7.166.330	10.749.497	100%

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, obedecendo ao disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação societária brasileira.

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (atual Commit Gás SA), a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e a Infragás S.A., questionando, dentre outros assuntos, acerca da transferência do controle acionário da Companhia e do acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro (atual Commit Gás SA), em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro (atual Commit Gás SA) apresentado os recursos judiciais cabíveis. Em 2018 os recursos da Mitsui Gás e Gaspetro (atual Commit Gás SA) foram providos, julgando improcedentes os pedidos da inicial do Estado e da Celesc. Dessa decisão, o estado

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

de Santa Catarina e a Celesc interpuseram recurso especial, os quais em outubro de 2024, por unanimidade, não foram conhecidos pelo STJ, mantendo-se assim a improcedência da ação. O acórdão do TJSC foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, que negou seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Santa Catarina (ARE nº 1.528.422), ratificando o entendimento de que não houve perda do controle estatal da SCGÁS. O processo transitou em julgado em 07/06/2025.

ii. Reserva legal

A Reserva é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

iii. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados à distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

A AGO de 28/04/2025 deliberou pela retenção de R\$ 92.989 mil como Reserva de Retenção de Lucros, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na legislação supracitada e com o previsto no Orçamento de Capital, destinados à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural. O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31/12/2025 é de R\$ 151.250 mil, em de 31 de dezembro de 2024 o valor era de R\$ 158.320 mil.

iv. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia instituiu a reserva estatutária, destinada à retenção de parcela do lucro não realizada financeiramente em decorrência da ação judicial em curso relativa ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva é limitada ao valor total não realizado financeiramente, líquido dos efeitos fiscais, devendo ser observado, ainda, o limite de 50% do montante do capital social. A realização da reserva ocorrerá quando do trânsito em julgado da referida ação judicial.

v. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)

A AGE de 28/03/2025 autorizou o reconhecimento trimestral, para o exercício social de 2025, de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Os pagamentos dos JSCP, trimestrais, serão realizados no mês subsequente aos créditos. Em 31 de dezembro de 2025, tem-se o montante de R\$ 14.395 mil (R\$1,339 por ação) evidenciado no passivo relativo ao quarto trimestre do exercício social.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

21.Receita

a. Receita Líquida - Venda de gás

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta com distribuição de gás	1.362.820	2.148.143
Receita de Serviços	167.116	-
Encargos setoriais - custo do gás	(27.672)	72.807
Receita com comercialização	553	-
Receita com operações contratuais do gás	7.080	3.148
Devolução vendas	(95)	(67)
ICMS sobre vendas	(183.073)	(237.465)
PIS sobre vendas	(22.224)	(31.578)
COFINS sobre vendas	(102.367)	(145.451)
PIS sobre comercialização	(8)	-
COFINS sobre comercialização	(37)	-
ISS sobre serviços	(754)	-
PIS sobre operações contratuais do gás	(117)	-
COFINS sobre operações contratuais do gás	(538)	-
Receita Líquida	1.200.684	1.809.536

b. Receitas e custos de construção

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de construção	93.692	106.373
(-) Custo de Construção	(93.692)	(106.373)
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

22.Custo dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Aquisição Gás Natural	(829.960)	(1.445.353)
Custo de Pessoal	(13.340)	(12.628)
Serviços de Terceiros	(19.035)	(16.676)
Materiais	(1.282)	(1.277)
Gerais	(161)	(182)
Direitos de Passagem	(8.262)	(7.835)
Amortização	(55.165)	(41.153)
Total	(927.205)	(1.525.104)

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Períodos findos em 31 de dezembro de 2025. (Em milhares de Reais - R\$)

23. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(33.175)	(31.177)
Despesas com benefícios	(5.522)	(5.234)
Treinamento	(118)	(206)
Estágios e Menor Aprendiz	(20)	(16)
Serviços	(9.582)	(8.567)
Aluguéis	(1.121)	(1.264)
Despesas com apólices de seguros	(243)	(382)
Materiais de manutenção	(223)	(276)
Viagens e representações	(248)	(202)
Veículos operação	(240)	(281)
Despesas com Depreciação	(2.980)	(2.302)
Despesas gerais	(3.395)	(4.094)
Despesas legais e judiciais*	(5.466)	(716)
Despesas institucionais	(1.267)	(1.462)
Total	(63.600)	(56.179)

(*) Houve trânsito em julgado de processo civil relativo à administradores cedidos de acionista no valor definitivo de R\$ 3,9 milhões, além de outras baixas de depósitos judiciais com trânsito em julgado de ações trabalhistas.

24. Despesas Comerciais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(7.432)	(7.220)
Despesas com benefícios	(1.080)	(1.089)
Serviços	(1.251)	(440)
Viagens e representações	(203)	(163)
Despesas gerais	(2)	(167)
Total	(9.968)	(9.079)

25. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos e taxas ⁽ⁱ⁾	(18.967)	(25.216)
Provisão/reversão para contingências jurídicas	267	344
Baixa de bens inservíveis	(290)	(1.309)
Provisão/reversão de perda com créditos esperadas	2.600	24
Baixa de títulos incobráveis	(2.998)	-
Outras receitas (ii)	2.127	16.665
Total	(17.261)	(9.492)

⁽ⁱ⁾ A Taxa de Fiscalização de Serviços de Gás Natural Canalizado - TFGNC cobrada pela ARES é de 0,9% do Benefício Econômico Auferido - (BEA), conforme definido na Resolução 199/2022.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 18/12/2024, foi assinado junto a Petrobrás o Termo de Encerramento de Pendências onde a companhia obteve a recuperação de R\$15,13 milhões relativo a não exclusão do ICMS das bases do PIS/COFINS nos faturamentos de 2021. Valor reconhecido em contrapartida a Outras Receitas Operacionais. Vide nota 15.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de Reais - R\$)

26. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	55.264	39.890
Juros / Multa de clientes ⁽ⁱ⁾	3.748	7.981
Receita com Correção Monetária ⁽ⁱⁱ⁾	-	329
Outras receitas financeiras	234	-
Total	59.246	48.200
Despesas Financeiras		
Juros e taxas de financiamentos	(11.484)	(13.321)
Juros arrendamento direito de uso	(930)	(639)
Outras despesas financeiras	(803)	(1.830)
Tributos sobre Receitas Financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(2.752)	-
Total	(15.969)	(15.790)
Resultado financeiro	43.277	32.410

⁽ⁱ⁾ Os recebimentos pela Companhia de valores que estavam depositados em juízo de cliente integrantes do Plano Fidelidade foram os principais fatores que contribuíram para o saldo desta conta contábil. Vide nota 6.

⁽ⁱⁱ⁾ Valor se refere ao reconhecimento da atualização de tributos a recuperar devido à exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide nota 10.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Em detrimento da aplicação do novo plano de contas, os tributos sobre receitas financeiras passaram a deduzir o próprio grupo.

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

28. Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Commit Gás SA, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

a. Remuneração - Conselho de administração e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e os Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de administração	521	426
Diretores	1.833	1.736
Total	2.354	2.161

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

b. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem reembolsos de diretores cedidos pelos acionistas.

Composição dos saldos	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Reembolso Diretor cedido Commit ⁽ⁱ⁾	61	1.571
Reembolso Diretor cedido Mitsui ⁽ⁱ⁾	61	1.538
Total	122	3.109

⁽ⁱ⁾ Em 2025, houve baixa por não constituir mais uma obrigação com um acionista e baixa por pagamento via decisão judicial transitada em julgado de outro acionista.

29. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que, em se tratando das contas a receber de clientes, o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

Os passivos financeiros não derivativos, principalmente, o contrato de fornecimento do Gás Natural junto aos fornecedores, possui prazo de vencimento médio de 25 dias.

O fluxo de caixa contratual compreende o valor do principal acrescido dos juros estimados. A seguir, demonstram-se os fluxos de caixa relativos aos passivos financeiros da Companhia.

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa	Até 3 meses	4 meses a 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos
Arrendamentos	7.430	8.506	965	2.894	4.361	286
Empréstimos e financiamentos	78.647	79.518	8.583	27.661	39.092	4.182
Fornecedores	76.119	76.119	64.488	-	11.631	-
Total	162.196	164.143	74.036	30.555	55.084	4.468

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, que provocam impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre financiamentos e aplicações financeiras, sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes. O cenário provável para 31 de dezembro de 2025 foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado, e o cálculo da sensibilidade foi realizado considerando-se a variação entre as taxas relativas a 30 de dezembro de 2025. Na análise, foi considerada uma variação de 25% e de 50% sobre os índices flutuantes.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

Segue análise de sensibilidade quanto aos saldos de financiamentos e de aplicações financeiras.

Índice	Taxa em 31/12/2025 (%)	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
CDI	14,90	11,18	7,45
SELIC	15,00	18,75	22,50
TJLP	9,19	11,49	13,79
IPCA	4,26	5,33	6,39

Item	Saldo em 31/12/2025	Exposição	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
Ativo				
Aplicações Financeiras	450.672	CDI	50.385	33.575
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos - Projeto IV SELIC	22.067	SELIC	4.138	4.965
Empréstimos e Financiamentos - Projeto IV TJLP	14.544	TJLP	1.671	2.006
Empréstimos e Financiamentos Projeto V IPCA	51.117	IPCA	2.725	3.266

i. Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com os fornecedores de suprimentos. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a esse risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor conforme mecanismo previsto na Resolução nº 073/2016 da ARESC.

ii. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a esse risco.

iii. Risco Regulatório

A regulação dos serviços de distribuição de gás natural é realizada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC instituída para fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos concedidos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, quando o serviço for prestado.

Em relação ao mecanismo de repasse da parcela do custo do gás e do transporte às tarifas, a Resolução nº 73/16 e suas revisões, da ARESC vem sendo

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de Reais - R\$)

aplicada periodicamente, assim como as aprovações de aplicações de margem regulatória.

A Resolução ARESC N° 299, de 30 de outubro de 2024, que dispõe sobre a aprovação do procedimento para apuração do saldo de quitação da conta gráfica a ser adotado pela SCGÁS, aprovou o procedimento geral, a ser adotado pela Companhia, para atender ao disposto no §11 da Resolução ARESC n° 73 rev.1 e no §8 da Resolução ARESC n° 136 Rev.1 quanto à quitação do saldo da conta gráfica na migração de usuários do mercado cativo para o mercado livre que ocorrerá a partir de 2025.

A Resolução ARESC N° 256, de 1° de junho de 2023 autorizou a instalação do Ponto de Entrada - PE de Siderópolis e o repasse desses custos que farão parte da tarifa de transporte a ser cobrada de todos os usuários da rede de distribuição de gás natural canalizado da SCGÁS, após o início de sua operação, prevista para 2026.

A ampliação de mais um ponto de entrega no sul do Estado tem em vista permitir o atendimento ao mercado local e mitigar riscos operacionais.

As revisões tarifárias da SCGÁS estavam sendo aplicadas conforme a metodologia estabelecida no anexo I do contrato de concessão e homologadas pela ARESC desde o início da operação da Companhia. Na revisão tarifária anual de 2025 a agência reguladora aplicou nova interpretação à cláusula quadragésima do contrato de concessão, com efeitos retroativos e futuros, conforme publicado na resolução ARESC n° 337, e especificamente na nota técnica 13/2025.

A SCGÁS questionou administrativamente ao novo entendimento, apresentou recursos administrativos que foram indeferidos. A Companhia continua com tratativas administrativas e em paralelo está avaliando estratégias de defesa o que poderá envolver discussão judicial. Com exceção deste aspecto da nova interpretação, a proposta de revisando tarifária de 2025 foi aprovada conforme encaminhada, com aplicação a partir de julho conforma previsto.

***** x *****